

A perspectiva africana na *História Geral da África* (Unesco)

Muryatan Santana Barbosa [*]

[*] Universidade Federal do ABC (UFABC) — Santo André (SP) — Brasil.

E-mail: murybarbosa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6307-8847>

Resumo: Este artigo traz uma análise da chamada “perspectiva africana” na coleção *História Geral da África* (Unesco). Para isso, em seus oito volumes, baseia-se no exame da história institucional do projeto que o originou e da escrita da história ali presente. Seu objetivo é refletir sobre a unidade e a diversidade de abordagens dessa “perspectiva africana”, assim como as periodizações históricas que ela oferece à história da África.

Palavras-chave: Historiografia; História da África; Unesco.

The African perspective in General History of Africa (Unesco)

Abstract: This article presents an analysis of the African perspective in the project *General History of Africa* (Unesco). It examines the institutional history of the project and the writing of history in this collection of eight volumes. Its purpose is to reflect on the unity and diversity of approaches of this “African perspective”, as well as the historical periodizations that it offers to the history of Africa.

Keywords: Historiography; History of Africa; Unesco.

Introdução

Este artigo sintetiza as reflexões de uma análise teórico-metodológica da escrita da história na coleção *História Geral da África* (HGA), obra em oito volumes — média de 900 páginas por volume — escrita por 350 especialistas internacionais em história da África. Não se trata de um ajuntamento de artigos, mas de um trabalho coletivo que, sob auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), durou cerca de 35 anos em sua primeira fase, entre 1965 e 1999.

Existem hoje pelo menos três motivos primordiais para revisar a HGA. O primeiro deles é a qualidade científica da obra. O segundo é que esse projeto garantiu que o ponto de vista dos intelectuais africanos sobre a história do seu continente se tornasse algo acessível aos interessados. Com isso, desde então, não há mais justificativa para fazer história da África sem levar em consideração o que os intelectuais africanos pensavam sobre o assunto. O terceiro motivo é que a HGA, apesar da inegável heterogeneidade de contribuições e autores, legou uma interpretação científica e potencialmente pós-eurocêntrica da história da África: a “perspectiva africana”. O objetivo primordial deste artigo é trazer uma síntese dessa tal perspectiva, algo que passou despercebido à bibliografia internacional em história da África. Para isso, pretende-se dar uma definição desta, mostrar sua veracidade na obra e delinear as linhas investigativas que ela construiu para a história da África, tendo por foco a escrita da história na HGA.

O projeto HGA

A ideia de realizar uma história geral da África foi apresentada no 1º Congresso Internacional dos Africanistas, realizado em Acra, capital de Gana, entre 11 e 18 de dezembro de 1962. Tratou-se de um grande evento que, com o suporte da Unesco, reuniu cerca de quinhentos especialistas em África de todo o mundo. A ideia do projeto era provavelmente anterior, mas ali se ratificou de forma pública o desejo de construir, com a ajuda da Unesco, um trabalho de cooperação científica internacional, visando desenvolver a pesquisa histórica em África.¹ Em 1963, a ideia do projeto foi retomada na reunião de fundação da Organização da Unidade Africana (Vansina, 1993, p. 337). No ano seguinte, ela foi encaminhada e aprovada como um dos projetos de cooperação científica internacional da 16ª Conferência Geral da Unesco. Desde então, portanto, se iniciou o projeto HGA propriamente dito.

Desde seu início, havia duas razões que justificavam a participação da Unesco no projeto da HGA. Em primeiro lugar, a instituição já estava à época voltada para a intensificação do

¹ Unesco (1966, p. 2-3). Unesco-CLT-Higenaf-Abidjan-3. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143293eb.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2009.

seu trabalho na África. Isso é evidente, por exemplo, nas deliberações da 15ª Conferência Geral da Unesco, em 1960, por mais esforços pela educação no continente. O apoio do órgão ao referido Congresso dos Africanistas fazia parte desse objetivo maior, que, por sua vez, era um direcionamento que respondia à integração de uma grande quantidade de países africanos nos seus quadros — sobretudo os recém-independentes, no início de 1960. Basta lembrar que nesse ano existiam apenas 9 países africanos na Unesco, enquanto em 1963 o número já havia subido para 32. A outra razão é que a Unesco poderia dar o respaldo institucional e financeiro que o projeto exigia, afinal desde o início ele foi pensado como um trabalho científico internacional de grande envergadura.

Alguns motivos principais justificavam a criação do projeto da HGA, segundo seus idealizadores. Havia o perigo de que as fontes para a história da África se perdessem definitivamente, tanto as fontes escritas quanto as orais. Tal fato poderia ser revertido, em parte, com a coleta de fontes e a organização dos arquivos em África. Eles poderiam acomodar a documentação existente e aquela que ainda seria investigada. Isso, porém, deveria ser feito rapidamente. Em segundo lugar, havia o desejo de que HGA pudesse sintetizar o conhecimento sobre o continente, ainda disperso e mal distribuído no tempo e no espaço. Só assim se teria clareza das lacunas a serem pesquisadas. Por fim, havia o desejo de que a publicação pudesse impulsionar uma escrita da história que superasse os preconceitos colonialistas sobre o continente e trabalhasse para mostrar as contribuições africanas para a civilização em geral — algo visto como sumamente necessário às nações africanas no período pós-colonial, que se instaurava na África².

Ao se tornar a instituição gestora da HGA, em 1964, a Unesco assumia o apoio institucional, administrativo e financeiro do projeto. Na prática, entretanto, como veremos, ele foi construído de forma autônoma por uma comissão de especialistas de notório saber sobre a temática.

Os pontos primordiais do projeto da HGA são firmados em sua apresentação, no ano de 1979, assinada pelo então presidente do Comitê, o historiador queniano Betwhell Ogot:

1) Em que pese visar a melhor qualidade científica possível, a *História Geral da África* não busca a exaustão e se pretende uma obra de síntese que evitará o dogmatismo. Sob muitos aspectos, ela constitui uma exposição de problemas indicadores do estágio atual dos conhecimentos e das grandes correntes de pensamento e pesquisa, não hesitando em assinalar, em tais circunstâncias, as divergências de opinião. Ela assim preparará o caminho para posteriores publicações.

2) A África aqui é considerada com um todo. O objetivo é mostrar as relações históricas entre as diferentes partes do continente, muito amiúde subdividido,

² Unesco (1966, p. 1). Unesco-CLT-Higenaf-Abidjan-3. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143293eb.pdf>>. Acesso em 9 out. 2009.

nas obras publicadas até o momento. Os laços históricos da África com os demais continentes recebem a atenção merecida, e são analisados no âmbito dos intercâmbios mútuos e das influências multilaterais, de forma a fazer ressurgir, oportunamente, a contribuição da África para o desenvolvimento da humanidade.

3) A *História Geral da África* consiste, antes de tudo, uma história de idéias e de civilizações, das sociedades e das instituições. Ela fundamenta-se sobre uma grande diversidade de fontes, aqui compreendidas a tradição oral e a expressão artística.

4) A *História Geral da África* é aqui essencialmente examinada desde seu interior. Obra erudita, ela também é, em larga medida, o fiel reflexo da maneira através da qual os autores africanos veem sua própria civilização. Embora elaborada em âmbito internacional e recorrendo a todos os dados científicos atuais, a *História* será igualmente um elemento capital para o reconhecimento do patrimônio cultural africano, evidenciando os fatores que contribuem para a unidade do continente. Esse esforço em examinar os fatos a partir de seu interior constitui o ineditismo da obra e poderá, além de suas qualidades científicas, conferir-lhe um grande valor de atualidade. Ao evidenciar a verdadeira face da África, a *História* poderia, em uma época dominada por rivalidades econômicas e técnicas, propor uma concepção particular dos valores humanos (Ogot, 2010a, p. XXVII).

Este artigo visa analisar o último ponto acima da HGA, tanto na problematização de sua significação teórica quanto nas consequências daí derivadas, para a construção da história da África nos oito volumes da obra. O que aqui se chama de “perspectiva africana” da HGA é um tipo de interpretação historiográfica derivada de uma análise do último ponto.

Com base em uma primeira leitura do ponto acima referido, podem-se destacar alguns elementos centrais, como uma história examinada a partir do seu interior. Por isso se entende que ela seria, em larga medida, o fiel reflexo do modo como os autores africanos veem sua própria civilização. Ademais, seria uma história científica; uma história que buscasse o reconhecimento do patrimônio cultural africano e, por fim, uma história que buscasse os fatores que contribuem para a unidade do continente. Por fim, traria uma concepção particular dos valores humanos.

Sem dúvida, são muitos elementos para uma perspectiva histórica. Por outro lado, são pontos que merecem uma problematização. O mais polêmico é a afirmação de que a história ali delineada deveria ser, em larga medida, o fiel reflexo da maneira pela qual os autores africanos veem sua própria civilização. A questionabilidade da definição fica evidente com a utilização da expressão “em larga medida”, que revela as dificuldades de postular uma conceptualização não problemática da perspectiva africana para a história da África, algo que os organizadores da HGA buscavam construir.

Não resta dúvida que se pretendia, com a HGA, dar publicidade à opinião dos intelectuais africanos sobre sua própria história, o que consideramos um legado fundamental da obra. No entanto, a publicação não foi uma obra organizada e escrita apenas por intelectuais africanos. De fato, eles foram maioria nos conselhos diretivos do projeto, mas o trabalho contou também com a participação de 350 especialistas internacionais, em sua maioria não africanos, aos quais a organização e a efetiva realização da obra deveram muito — especialmente 5 deles: M. Gléglé, antropólogo francês; J. Devisse, antropólogo e historiador francês; J. Vansina, historiador e linguista belga; I. Hrbek, historiador tchecoslovaco;³ e J. Vercoutter, egíptólogo e historiador francês. Sobretudo por essas razões, é difícil imaginar que uma visão da perspectiva africana nesses termos, como o fiel reflexo do modo como os autores africanos veem sua civilização, pudesse ter se tornado dominante e, menos ainda, exclusiva na obra.

Diante desse fato, dois posicionamentos são possíveis. O primeiro poderia ser o de mostrar como o intento de construir uma perspectiva africana para a história da África teria sido desvirtuado na realização concreta da obra. O segundo é analisar como tal perspectiva africana sempre foi um postulado problemático para os organizadores e participantes do projeto. Como veremos, a partir da leitura de fontes primárias — especialmente as atas das reuniões de organização do projeto — e da própria escrita da história na HGA, deve-se concluir que a segunda interpretação é a mais verossímil.

Nesse sentido, neste artigo, apresenta-se uma investigação da construção e do significado dessa perspectiva africana. Para tanto, analisa-se a história institucional do projeto, buscando definir seu significado essencial. De modo secundário, será visto como essa concepção da perspectiva africana foi, de fato, incorporada à escrita da história nos oito volumes da obra.

A perspectiva africana na história institucional da HGA

Como dito, a HGA foi iniciada em 1964, quando aprovada como um dos projetos de cooperação científica internacional da 16ª Conferência Geral da Unesco.

Para iniciar o projeto, o então Diretor Geral da organização, o francês René Maheu, apontou o primeiro Diretor Científico da publicação. Foi escolhido para o cargo um dos primeiros historiadores acadêmicos africanos: o nigeriano Kenneth Onwuka Dike, vice-reitor da Universidade de Ibadan e presidente do 1º Congresso Internacional dos Africanistas (1962). Foi sob orientação de Dike, portanto, que foram indicados os primeiros organizadores do projeto.⁴

³ Como praxe, escolheu-se indicar os nomes dos países e as naturalidades conforme a época em que são citados.

⁴ Unesco (1966, p. 3). Unesco-CLT-Higenaf-Abidjan-3. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143293eb.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2009.

A primeira reunião dos especialistas indicados pela Unesco foi realizada em Abidjan, Costa do Marfim, entre agosto e setembro de 1966. Ali se formou o primeiro grupo organizador da HGA, intitulado Comissão de Especialistas para uma História Geral da África, cujo presidente foi Dike e tendo os historiadores Joseph Ki-Zerbo, da antiga Alto Volta e atual Burkina Faso, como vice-presidente e Mostefa Lacheraf, da Argélia, como o secretário executivo, respectivamente.

Fizeram parte da reunião os seguintes pesquisadores, sem cargos específicos: J. F. Ade Ajayi, da Nigéria; M. Dagnogo, da Costa do Marfim; J. Devisse, da França; H. E. M. El Fasi, de Marrocos; H. E. A. Hampaté Bâ, de Mali; H. Djait, da Tunísia; D. Mc Call, dos Estados Unidos; A. N'Daw e D. T. Niane, ambos de Senegal; L. Yabloshkov, da antiga União Soviética. O diretor-geral da Unesco foi representado por N. Bammate, da divisão de estudos culturais da Unesco.⁵

Nesse encontro, a HGA foi projetada com os seguintes objetivos: a) organização de fontes, b) síntese do conhecimento existente e c) construção de uma nova história da África. Em relação ao último ponto, que interessa aqui diretamente, a reunião de Abidjan traçou algumas questões de mais longo prazo relevantes para a escrita da história que deveria emergir do projeto. A primeira era o caráter científico da história pensada na HGA. Nota-se também a preocupação em enfatizar o caráter essencial que a tradição oral teria para a coleção, assim como a centralidade do trabalho interdisciplinar — em especial na relação entre história, linguística e arqueologia. Também foi defendida a ideia de que a escrita deveria construir uma visão totalizante da África, voltada à descrição do continente como um todo relacionado.⁶

Após a reunião de Abidjan, outros encontros com grupos menores foram realizados a fim de normatizar o trabalho de levantamento de fontes e organização de institutos, que vinha sendo feito pela Unesco entre 1965 e 1969. Nesse último ano, por exemplo, ocorreu uma reunião administrativa em Paris, que foi importante por ter encaminhado a HGA para a segunda fase do projeto, que visava à escrita da obra. Mas muitas das decisões fundamentais em relação a esse novo caminho foram tomadas na reunião seguinte da Comissão, ocorrida entre 22 e 26 de junho de 1970 em Adis Abeba, capital da Etiópia.

A reunião de Adis Abeba foi decisiva porque nela se estabeleceram as regras gerais de funcionamento do Comitê Executivo (CE) e do Comitê Científico Internacional (CCI, desde então: Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África) responsáveis pela HGA. Ademais, foi nessa reunião que, após a análise das fontes agregadas pela Unesco, se estabeleceu a quantidade (oito) e o conteúdo essencial dos volumes que

⁵ Unesco (1966, p. 1). Unesco-SHC-2. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001279/127997eb.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2009.

⁶ Unesco (1966, p. 2). Unesco-SHC-2. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001279/127997eb.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2009.

formariam a publicação. Trata-se de um direcionamento que seria seguido na publicação da obra nas décadas de 1980 e 1990.

Vale destacar que ali foram criados os pontos estatutários para garantir que a HGA fosse, eminentemente, um projeto coordenado pelos pesquisadores africanos. Neste sentido, a Comissão defendeu que o Comitê fixasse em estatuto que os pesquisadores africanos fossem maioria dos integrantes do Comitê (dois terços) e do CE (quatro membros). Da mesma forma, decidiu que os editores dos volumes, eleitos pela Comissão, fossem pesquisadores daquele continente.⁷

Concomitantemente, a reunião de Adis Abeba decidiu outros pontos importantes em relação à divisão e ao conteúdo. Destaca-se, nessa reunião, a formação de um quadro mais amplo e completo dos pontos a serem seguidos nesta segunda fase da HGA:

- a) O conceito de História Geral da África significa, essencialmente, que o continente deve ser entendido como uma totalidade;
- b) A História Geral da África deve ser vista do seu interior, partindo do próprio continente como centro de interesse, considerando os africanos como sujeitos, não como meros objetos da história;
- c) O foco deve ser sobre a história das ideias e das civilizações; ele objetiva uma síntese científica disto;
- d) A abordagem não pode ser dogmática, e sim problemática, aberta, buscando o conhecimento atual sobre o assunto, de acordo com o estado atual das pesquisas, suas tendências, sem omitir indicações, quando necessário, sobre divergências entre os especialistas e o que ainda precisa ser conhecido em pesquisas futuras.⁸

A reunião de Adis Abeba, portanto, foi fundamental para a construção da HGA. Em primeiro lugar, pela organização administrativa do projeto. Em segundo, pela indicação do conteúdo temático básico, que foi seguido posteriormente. Em terceiro, porque consolidou a posição de coordenação dos pesquisadores africanos na condução do projeto da HGA como parte do estatuto da Comissão Científica. Algo que foi ratificado na primeira reunião em Paris (1971).

Por outro lado, a reunião de Adis Abeba é importante para esta análise porque foi nesse encontro que, pela primeira vez, os organizadores da obra explicitam a ideia de que uma das características fundamentais dela seria construir uma história internalista da África, em que

⁷ Unesco (1970, p.11-14). SHC-MD-10. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001269/126966eb.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2009.

⁸ Unesco (1970, p. 3). SHC-MD-10. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001269/126966eb.pdf>>. Acesso em: 9 out. 2009. Tradução do autor.

os africanos fossem vistos como sujeitos de sua própria história. Nos termos originais: “A História Geral da África deve ser vista desde o seu interior, partindo do próprio continente como centro de interesse, considerando os africanos como sujeitos e não meros objetos da história.”

As questões primordiais levantadas na Etiópia foram estabelecidas estatutariamente na primeira reunião do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma HGA, que ocorreu em Paris, entre 30 de março e 8 de abril de 1971. Nela, votou-se o primeiro CE do projeto, responsável pela coordenação dos trabalhos da HGA. A reunião de Paris também votou os professores que se tornaram os editores dos oito volumes, todos eles africanos — volume 1: Joseph Ki-Zerbo, da antiga Alto Volta e atual Burkina Faso; volume 2: G. Mohktar, do Egito; volume 3: H. E. El Fasi, de Marrocos; volume 4: D. T. Niane, de Senegal; volume 5: B. Ogot, do Quênia; volume 6: J. F. Ade Ajayi, da Nigéria; volume 7: A. A. Boahen, de Gana; e volume 8: Ali Mazrui, do Quênia. Ali se consolidou também o conteúdo temático de cada um desses volumes, que pouco se alterou posteriormente.

Os anos posteriores, entre 1972 e 1978, marcam o período inicial de concretização da obra. Nessa etapa, conforme se pode observar das fontes primárias, havia quatro dificuldades primordiais que se impuseram aos organizadores. A primeira eram as constantes ausências de editores importantes para o projeto, como Bethwell Ogot e Ali Mazrui. A segunda foi o atraso na redação e na editoração dos primeiros volumes a serem publicados, que já deveriam estar finalizados em 1974. A terceira foi a falta de participação de muitos membros da Comissão, que não respondiam aos contatos do CE. Por fim, havia desentendimentos entre editores e autores quanto ao conteúdo dos capítulos. Nesse período se destaca também a polêmica sobre a perspectiva africana para a história da África que estava ali se construindo.

Anos polêmicos (1975-1978)

Os anos mais controversos do projeto se iniciam na 5ª Reunião do CE, em Fez, no Marrocos, em fevereiro de 1975. Parte dessa discussão era consequência da diferença de ritmo entre os dois órgãos. Isso porque, até fevereiro de 1975, o CE já havia se encontrado cinco vezes (Cairo, 1971; Butare, 1972; Lusaka, 1973; Adis Abeba, 1974; Fez, 1975), enquanto o Comitê só havia realizado duas reuniões (Paris, 1971; Lusaka, 1973). Tal fato gerou um descompasso entre os dois órgãos.

Tratava-se de um trabalho coletivo complexo, que só poderia ser feito com a participação de dezenas de intelectuais comprometidos. É certo, entretanto, que entre tais organizadores se encontravam poucas pessoas. Na década de 1970, período crucial de concretização do trabalho, é possível que esse número girasse em torno de vinte intelectuais, que ficavam obviamente sobrecarregados. Além dos oito editores, pode-se elencar: J. Vansina, da Bélgica;

C. A. Diop, de Senegal; J. Devisse e J. Vercoutter, da França; J. Franco, de Cuba; M. Gléglé e F. Mourão, do Brasil; J. Fage, da Inglaterra; A. Letnev, da União Soviética; A. Kagame, de Ruanda; A. Habte, da Etiópia; T. Tshibangu, do antigo Zaire; M. Shibeika, do Sudão; I. Hrbek, da Tchecoslováquia; e V. Grottanelli, da Itália. Vansina (1993, p. 342), em especial, ressalta a importância da participação do antropólogo Maurice Gléglé na construção do projeto.

De modo geral, tratava-se de um esforço que visava a dois objetivos primordiais: aumentar ao máximo o caráter informativo e explicativo dos textos e torná-los mais didáticos. Tal análise pormenorizada, entretanto, levou a atrasos consideráveis. Vale dizer, todavia, que apesar desse preciosismo, não se encontra na análise das atas das reuniões do CE e do Comitê, até 1975, críticas à perspectiva interpretativa dos autores da obra. O que existe, geralmente, são apontamentos gerais, visando à discussão dos conteúdos presentes nos volumes.

Há, entretanto, duas exceções a essa regra, entre 1975 e 1978, que merecem ser comentadas. A primeira delas é o debate acerca do volume 8, editado pelo cientista político Ali Mazrui. Só para esse volume foram dois dias de trabalho na reunião de Cotonou, no Benim, em 1975.

De um modo geral, pode-se crer que tal fato é explicável pelo fato de ser um volume que tratou de temas atuais, ou seja, a África pós-1935.

Observando o relatório de Cotonou, no entanto, é visível que a maior parte do debate girou em torno de outra questão: o tratamento que Mazrui deu ao assunto. Tal fato é explicitado no relatório do CE quando este afirma que o tema requereria uma abordagem voltada para o “ponto de vista mais africano” do que o que vinha sendo produzido pelo editor. Em suas palavras: “O CE espera que o editor do volume se esforce para caracterizar a questão tratada mais sob um ponto de vista africano do que puramente pós-colonial.”⁹ Não é definido nas atas o que seria essa perspectiva, mas o tópico é retomado em seguida, quando os organizadores buscam sumarizar seus comentários ao editor:

Cada capítulo deve se iniciar com uma seção tratando, de um ponto de vista continental, do problema em análise. Essa consideração geral deve ser ilustrada com o estudo de casos individuais. O CE tem frequentemente achado casos não muito representativos nesse sentido. Ademais, a possibilidade de falar de mais de dois casos individuais para comparação não deve ser rejeitada *a priori*.

Várias propostas vêm sendo submetidas ao editor em Lusaka e em outras ocasiões, bem como são apresentadas a ele por membros do Comitê. O CE espera que tais propostas se reflitam numa nova lista de conteúdos.¹⁰

⁹ Unesco (1975, p. 7). SHC-75-CONF. 611-2. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000120/056845eb.pdf>>. Acesso em 10 out. 2009. Tradução do autor.

¹⁰ Unesco (1975, p. 9). SHC-75-CONF. 611-2. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0001/000120/056845eb.pdf>>. Acesso em 10 out. 2009. Tradução do autor.

Ou seja, por um “ponto de vista mais africano” se entende, nesse caso, a capacidade do editor de colocar o problema de análise do seu volume sob uma óptica continental, totalizante, que deveria ser ilustrada com casos particulares.

Buscando encaminhar uma solução para o problema, o CE, em Cotonou (1975) levantou a possibilidade de um coeditor.¹¹ Esse debate sobre o volume 8 destoa, sem dúvida, dos demais da obra, que contêm discordâncias pontuais quanto aos autores e praticamente nenhuma aos editores. Tal fato leva a crer que as críticas a Mazrui revelam que os organizadores da HGA viram, em sua postura teórica, uma ameaça ao andamento já elaborado para a obra, afinal se tratava de um editor de volume.

A participação central de tais organizadores nos aspectos teórico-metodológicos da escrita da história na HGA reaparece diretamente na discussão do volume 7, referente ao século XIX na África. Observa-se tal fato quando o editor do volume, o historiador ganense A. Boahen, alerta ao CE sobre a necessidade que teve de notificar aos autores de seu volume, que ali se tratava de “uma história da África vista como um todo, a partir de uma visão essencialmente interna”¹². Sobre isso, o CE se posicionou dizendo que os autores deveriam superar a visão de história ali presente, de que a África e os africanos seriam passivos na história, à espera de serem conquistados pela superioridade europeia. Em suas palavras:

É conveniente evitar as expressões ambíguas e os clichês históricos que dão uma má impressão da vida africana e de fatos marcantes de sua história. Nesse sentido, tem-se encontrado em diversos capítulos, notadamente os primeiros, a ideia de que a Europa conquistou a África devido a “deficiências inerentes às sociedades africanas”, sem que essas deficiências sejam definidas por um critério próprio das sociedades africanas, mas unicamente por uma comparação com as civilizações tecnológicas europeias. Do mesmo modo, é conveniente descartar toda expressão que perpetua o velho clichê da “passividade africana” ou da eterna referência à “iniciativa europeia” e às “reações africanas” nessa época. O CE não demanda que os autores abandonem todo o espírito crítico ou que façam sistematicamente laudativos a respeito das sociedades e dos povos africanos, mas é necessário evitar o vilipêndio automático e os erros de perspectiva que tanto prejudicaram a qualidade do trabalho sobre a África. Se um soberano africano se mostra um sanguinário, deve-se descrevê-lo como tal e justificar suas afirmações, mas não é apropriado qualificar todos os chefes de Estado africanos que se opuseram aos europeus de tiranos sanguinários, que oprimem seu povo e pilham territórios vizinhos.¹³

¹¹ Em 1984, C. Wondji, da Costa do Marfim, foi indicado para coeditor (Vansina, 1993, p. 345).

¹² Unesco (1977, p. 24). CC-77-CONF.602-2. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000324/032498fb.pdf>>. Acesso em 10 out. 2009.

¹³ Unesco (1977, p. 24-25). CC-77-CONF.602-2. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000324/032498fb.pdf>>. Acesso em 10 out. 2009. Tradução do autor.

Além dessa observação geral, o CE faz uma crítica pormenorizada dos capítulos que formam o volume, pedindo correções e complementações. Indicam-se também novas fontes, novos materiais, novas terminologias — suprimindo termos outrora comuns, como paganismo, fetichismo, animismo etc.¹⁴ Em alguns casos, propõe-se a troca de autores que não responderiam às comunicações do editor. É um posicionamento radical dos organizadores visando adequar a visão dos autores a uma “perspectiva mais africana” da temática, conforme suas palavras, algo que o CE qualifica como “mudança de espírito”.

Tal postura do CE mostra seu apoio à linha interpretativa da perspectiva africana construída pela HGA e por Boahen em contraposição à visão de história de alguns dos autores do referido volume. Esse exemplo mostra que, quando o CE acreditava que tal perspectiva não estava sendo de fato incorporada na escrita da história da HGA, havia uma forte oposição do grupo organizador da obra, posição que sofrerá um redirecionamento para uma postura mais pragmática a partir de 1978.

A perspectiva africana e suas abordagens na HGA

A análise empírica aqui realizada apontou vários elementos e temáticas que problematizaram a ideia da perspectiva africana, que embasaria a escrita da história da HGA, ou pelo menos de grande parte dela.

Inicialmente, a partir da apresentação de Bethwell Ogot, observou-se que tal perspectiva africana poderia ser interpretada como uma visão histórica interna à própria África — algo que se estabeleceria, em larga medida, pelo estudo da África sob o viés de que os próprios autores africanos teriam acerca de sua civilização, do patrimônio cultural africano e dos fatores que contribuíram para a unidade do continente. No entanto, notamos que a própria utilização da expressão “em larga medida” revelava as dificuldades de postular uma definição não problemática dessa perspectiva africana que os organizadores tentavam edificar.

A investigação de tal perspectiva na história institucional do projeto revelou algumas faces dessa querela. A questão primordial parecia ser a luta dos organizadores da HGA, sobretudo a partir do CE, para assegurar que a história ali escrita tivesse um ponto de vista mais africano. O que seria isso, efetivamente? Em muitas ocasiões, tratava-se uma história internalista da África, em que os africanos deveriam ser vistos como sujeitos da própria história, conforme escrito em Adis Adeba: “A História Geral da África deve ser vista desde o seu interior, partindo do próprio continente como centro de interesse, considerando os africanos como sujeitos e não meros objetos da história.” A mesma ideia é retomada em 1975,

¹⁴ Unesco (1977, p. 29). CC-77-CONF.602-2. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0003/000324/032498fb.pdf>>. Acesso em 10 out. 2009.

quando o CE defendeu a postura de Boahen, editor do volume 7, por uma “uma história da África vista como um todo, a partir de uma visão essencialmente interna”. Todavia, em outros momentos, a defesa de uma visão mais africana aparece como uma história escrita de um ponto de vista mais continental, como nas atas da reunião de Cotonou.

A visão internalista da África como cerne dessa perspectiva africana ali construída é também central nas considerações de Ki-Zerbo, importante organizador do projeto, na introdução, em que fala da história desde o polo africano como opção e óptica de autoexame. Nas palavras do autor, seria uma visão interior de identidade, autenticidade e conscientização que, sem se negarem as exigências da ciência universal, recuperasse toda a corrente histórica do continente africano em novos modelos (2010, p. LII-LIII).

Em suma, uma primeira investigação que abarcou a história institucional do projeto buscou mostrar que havia nele um significado essencial da perspectiva africana que estava se construindo: uma visão internalista e totalizante da África, em que os africanos fossem vistos como sujeitos — e não apenas objetos — de sua própria história. Diante dessa percepção, cada vez mais majoritária e recorrente, a visão da perspectiva africana como o ponto de vista dos intelectuais locais sobre sua própria civilização vai se tornando cada vez mais secundária.

Tal percepção se torna mais firme quando se faz uma análise da escrita da história em seus oito volumes. Nesta análise, que não pode ser aqui pormenorizada por uma questão de espaço, foi-se consolidando essa imagem inicial da perspectiva africana — internalista, totalizante, voltada aos sujeitos — como concepção teórico-metodológica efetiva da escrita ali encontrada. Em que sentido são usados esses termos? Cabem definições. Na HGA, por *história internalista* se entende o destaque dado às dinâmicas internas — em oposição às externas — na explicação da história da África. Por *totalizante*, entende-se o recorte espacial africano. Esse é o todo deste objeto de estudo, que será estudado em suas particularidades em todos os volumes da obra. Como as partes se articulam como o todo, isso é algo que se busca mostrar nos artigos. Mas não há necessariamente uma visão dialética dessa relação, para a qual as partes seriam elementos essenciais do todo. O importante para eles era construir uma história total da África, evitando as imagens das Áfricas recortadas: África negra, África subsaariana, África islâmica, África Atlântica. Trata-se de apenas uma história da África. Por último, a questão dos sujeitos africanos. Embora essa recomendação apareça em diversos capítulos, ela não será uniformemente tratada nos capítulos específicos. Alguns o fizeram de forma ostensiva — em particular no volume 7 da obra, editado por A. Boahen) —, mas a maioria o fez apenas tangencialmente.

A percepção disso levou a uma reflexão sobre o porquê dessa diferença. Seria apenas uma questão de disposição pessoal dos autores para incorporar em seus textos tal premissa? Seria uma diferença entre posições entre autores africanos e não africanos sobre a temática? Essas ilações podem fazer sentido em momentos e situações específicas, mas a questão de fundo é que existem diversas formas de incorporar os africanos (e as africanas) como sujeitos

de sua própria história. O mesmo se pode dizer das chamadas percepções internalistas ou totalizantes aqui tratadas — em particular da primeira.

A reflexão sobre esse fato e a continuidade dessa investigação levaram à constatação da existência de três abordagens distintas que foram sendo construídas pelos autores da HGA para destacar os aspectos que mais lhes interessavam, tendo por pressuposto que deviam seguir a orientação geral da perspectiva africana da obra: internalista, totalizante, voltada aos sujeitos. Essas abordagens foram chamadas de regionalismo, difusionismo intra-africano e resistência. É necessário haver novas definições.¹⁵

O regionalismo seria um tipo de abordagem da perspectiva africana presente na HGA, em que os autores enfatizam uma análise de longa duração dos elementos fundamentais que explicariam a história de uma *região* africana em particular. Esse tratamento tem por objeto de estudo primordial os sujeitos africanos como produtores de adequações ecossistêmicas no tempo, destacando-se para isso os desenvolvimentos técnicos e sociopolíticos. Trata-se, portanto, de um internalismo regionalizado.

Outro tipo de abordagem é a que chamamos de difusionismo intra-africano, em que os elementos fundamentais que explicariam a história da África estariam na *difusão* de elementos e dinâmicas internas ao continente, mesmo que estes não o fossem em sua origem. Nela, enfatiza-se a ideia de movimento e troca na explicação histórica, assim como os fatos que atestariam tal interpretação. Seus temas típicos são os movimentos migratórios, as redes econômicas e as influências culturais de alguns povos africanos sobre outros.

A explicação pela resistência é outra abordagem internalista da história da África na HGA. Ela se coloca, nessa obra, como uma explicação histórica que visa destacar a *resistência* do sujeito africano. Sua presença é marcante sobretudo nos momentos históricos em que os fatores externos são estruturalmente dominantes — é o caso, por exemplo, da época colonial na África, iniciada em fins do século XIX. Trata-se, pois, de uma abordagem que busca na resistência do africano o último objeto de estudo do internalismo na história do continente.

Em síntese, o que este artigo buscou mostrar até o momento, a partir de uma pesquisa mais extensa, é que, para além das heterogeneidades ali existentes, existe uma concepção geral de história da África efetivamente utilizada na escrita da história da HGA. É isso o que chamamos de perspectiva africana como visão da história internalista, totalizante e voltada

¹⁵ Além dessas, não se discutirão posições externalistas sobre a história da África que, ainda que minoritárias, também podem ser encontradas na HGA — ou seja, as visões que defendem que as dinâmicas externas é que foram fundamentais no entendimento da história da África. Mas, vale dizer, nem todo intelectual africano é internalista, assim como nem todo especialista não africano é externalista. Essa é uma das razões principais de por que não se deve confundir a perspectiva africana aqui trabalhada com o ponto de vista dos intelectuais africanos sobre a própria história. Aqui também não se fala de outros artigos da HGA que não se comprometiam com causas essenciais para a explicação histórica que traziam ou, por outro lado, enumeravam diversos fatores — tanto internos quanto externos —, todos supostamente importantes e inter-relacionados, para explicar um fato histórico específico. Nesses casos, para evitar generalizações descabidas, evitou-se tipificá-los nos modelos estabelecidos.

aos sujeitos. Ademais, dissemos que, na escrita da história, essa visão gerou três abordagens — regionalista, difusionista e resistência — distintas, que se complementam na tentativa de construir uma nova história da África. Daí o caráter de unidade na diversidade da perspectiva africana. Mostraremos agora, de forma sintética, como tais abordagens tendem a produzir percepções próprias de periodizações sobre a história da África, na medida em que destacam fatos estruturantes diferentes em sua construção histórica.

Periodizações

Após a leitura analítica dos oito volumes da HGA, que substanciou esta pesquisa, pode-se examinar como tais abordagens apontavam para diferentes periodizações da história da África na escrita da história ali presente.

O difusionismo intra-africano foi a abordagem mais presente nesta obra. Sua presença aponta para a seguinte periodização histórica: Neolítico e África Antiga (10 mil — VI d.C., África entre os séculos VII-XVI, África entre o século XVII e 1880, África entre 1880 e dias atuais.

Em que se baseia tal periodização? Para o período antigo da África, entre o Neolítico e o século VI d.C, essa visão histórica está calcada em dois temas fundamentais: os movimentos populacionais (Clark, 2010; Ehret, 2010a e 2010b; Huffman, 2010; Hugot, 2010; Sutton, 2010; Vansina, 2010a e 2010b; Phillipson, 2010a e 2010b; Lwango-Lunyiigo e Vansina, 2010; Ngcongco, 2010a e 2010b; Ogot, 2010b; Parkington, 2010)¹⁶ e o comércio internacional. A diferença primordial são as transformações no comércio mundial, que passaria da centralidade mediterrânica da Antiguidade (Salama, 2010a e 201b; Kobishanov, 2010) à muçulmana (Devisse, 2010; Matveiev, 2010) e, posteriormente, para a atlântica, com o tráfico escravista (Malowist, 2010; Inikori, 2010; Diagne, 2010; Izard e Ki-Zerbo, 2010; Barry, 2010; Sheriff, 2010) — fato que teria implicações importantes nas regiões africanas afetadas direta ou indiretamente por esse comércio, como a especialização das populações africanas (Person, 2010; Niane, 2010a e 2010b).

A ruptura do século VII, apontada nessa periodização, se justificaria pela expansão do islamismo na África. Isso ocorre porque, segundo os autores que defendem tal interpretação histórica na HGA, a religião islâmica e o complexo cultural do qual ela faria parte teriam sido fatores centrais da consolidação e da evolução das sociedades complexas no continente até pelo menos o século XVI (Hrbek, 2010; Fasi e Hrbek, 2010).

Concomitantemente, para os difusionistas intra-africanos, esse século seria também relevante como o início de uma nova etapa da história da África, com a consolidação do tráfico escravista e a expansão econômica europeia-ocidental no continente. Tal visão se mantém nesses parâmetros até fins do século XIX, com o advento do colonialismo. Com a

¹⁶ Trata-se, sobretudo, da narrativa da expansão dos povos bantu, cuchitas, nilotas, khoi-khoi e outros na África Austral.

entrada desse novo ator em cena, os elementos antes tidos como essenciais para a história da África — comércio mundial, tráfico escravista, islamismo, movimentos populacionais — se tornam praticamente irrelevantes na história difusionista da HGA.

Estes são, então, substituídos por outros, direta ou indiretamente derivados do sistema colonial em formação ou já concretizado, na formação de novas camadas sociais (Boahen, 2010b e 2010c; Afigbo, 2010), a ascensão do urbano frente ao mundo rural (Afigbo, 2010; Osuwu, 2010), o aprofundamento da dependência econômica (Rodney, 2010; Adedeji, 2010; Chinweizu, 2010; Osuwu, 2010; Kaniki, 2010; Coquery-Vidrovitch, 2010a e 2010b), o autoritarismo estatal (Elaigwu e Mazrui, 2010; Ki-Zerbo et all., 2010) , a reprodução da educação colonial (Mazrui, 2010), o desafio demográfico (Caldwell, 2010; Coquery-Vidrovitch, 2010b; Kipre, 2010; Boahen, 2010c) etc.

A constatação desses fatos leva a perceber que, nessa visão difusionista da história da África, há dois fatos históricos originalmente externos que deveriam ser vistos como rupturas decisivas: o islamismo e o colonialismo, que é mais marcante.

Uma história da África diferente se desvelou da abordagem do sujeito africano pela resistência, também presente na HGA, que trouxe a seguinte periodização: experiência egípcia-faraônica, de 4 mil a.C. a 1.085 a.C; civilização berbere-magrebiana, do último milênio a.C. até o século XIV; diásporas africanas, do século VII ao XIX; resistências africanas contra o colonialismo e o neocolonialismo europeu, do século XIX ao XX.

Algo interessante que vale destacar quanto a essa periodização é que sua substância essencial — a ação de resistência africana — se concretiza sempre em relação a outro que não se mantém estático, podendo se corporificar em formas diversas. Em relação à experiência egípcia-faraônica, por exemplo, analisada por Cheikh A. Diop (2010), vê-se esse sujeito em oposição aos povos indo-europeus — semíticos, gregos, mediterrânicos etc. O mesmo teria ocorrido em relação ao sujeito da civilização berbere-magrebiana, que se forma na luta contra os invasores do Magreb: romanos, árabes, vikings, bizantinos, italianos, portugueses, espanhóis etc. (Majhoubi, 2010; Salama, 2010b).

Nesse contexto, o islã é visto como elemento fundamental dessa luta e se integra à tal história. Há também a história do sujeito da diáspora se concretiza na luta contra os escravismos, em particular dos escravismos americanos (Harris, 2010; Harris e Zeghidour, 2010; Knight, Talib e Curtin, 2010).

Por fim, na última periodização referida, focou-se a resistência africana contra o colonialismo (Abdel-Malek, 2010; Laroui, 2010; Mutibwa e Escoavelomandroso, 2010; Pankhurst, 2010; Uzoigwe, 2010; Boahen, 2010a)¹⁷ e o neocolonialismo, com ênfase no pan-africanismo (Chanaiwa e Kodjo, 2010; Asante e Chanaiwa, 2010).

¹⁷ Incluem-se aí também os capítulos 4 a 10 e 23 a 28 do volume 7. Essa homogeneidade mostra a dedicação e a força do editor na construção de uma visão especificamente africana do colonialismo na África.

Essa síntese da investigação realizada mostra que há uma continuidade essencial desse outro, que existe para além da aparente heterogeneidade que criou o sujeito africano. Essa continuidade parece ser uma ideia fantasmagórica da Europa e dos europeus, afinal eles são a oposição que cria o sujeito africano em sua resistência diversa, negra ou berbere-magrebiana. Daí o silêncio da HGA acerca dos elementos coloniais na expansão muçulmana na história da África.¹⁸

Por fim, analisou-se a abordagem do regionalismo como parte da perspectiva africana. Essa investigação possibilitou uma periodização da história da África entre o Neolítico e a África Antiga e entre a África dos séculos XII e XIX.

O primeiro período tratado, entre o Neolítico e a África Antiga, é visto pelo regionalismo como um longo processo de sedentarização dos povos africanos — processo esse que não seria homogêneo no continente. Independentemente das diferenciações temporais, contudo, o certo é que no século XII esse longo processo de sedentarização já estaria concluído, sobretudo como evoluções singulares da adequação do homem aos seus ecossistemas, com a utilização da metalurgia do ferro, formação de complexos agrícolas próprios, domesticação e pastoreio de animais etc. Nessa periodização, portanto, o século XII não marca apenas o fim de uma era, mas o início de outra, caracterizada pela generalização das sociedades complexas na África. Em suma, a partir de então o regionalismo vai investigar como o homem na longa duração, nestas sociedades, vai continuar realizando, em nível mais elevado, essa adequação ao meio em que vive.

Para os regionalistas, esse processo evolutivo é interrompido em fins do século XIX, com a instauração do colonialismo. Isso seria fundamental porque, desde então, os povos africanos teriam perdido boa parte de sua soberania e, portanto, a capacidade de se autodeterminar. Portanto, para os autores da HGA, não haveria um regionalismo possível na história contemporânea da África.

Essa síntese permite, afinal, algumas considerações comparativas sobre as principais continuidades e descontinuidades presentes da perspectiva africana na HGA. Em relação à periodização, as descontinuidades são bem maiores do que as continuidades. Para ser preciso, o único ponto em comum são os do difusionismo intra-africano e os da resistência africana, que destacam a crescente influência do colonialismo desde meados do século XIX, no Magreb e no Egito, como uma ruptura, por vezes diversa, na história da África. Será que tal fato implica diferenças primordiais de conteúdo da história do continente?

Em grande parte, sim, pelos menos em relação ao que se destaca nos estudos sobre história da África. Para o difusionismo intra-africano, os movimentos populacionais, o

¹⁸ Não se observa na HGA uma visão do sujeito africano que se afirmaria contra o islã. Isso é afirmado mesmo quando se estudaram as relações entre povos africanos que opuseram resistência ao islamismo, como os Mossi e os Bambara. Ver: IZARD, M.; KI-ZERBO, J. Os povos e reinos da curva do Níger e da bacia do Volta, do século XII ao XVI. In: NIANE, D. T. (Ed.). África do século XII ao século XVI. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

comércio mundial, o islamismo e o colonialismo seriam fatos históricos essenciais. De outro ponto de vista, para o sujeito africano, os fatos históricos relevantes são a assunção política contra os colonialismos ocidentais: indo-europeu, mediterrânico, romano, europeu etc. Para os regionalistas, no entanto, o único fato fundamental nessa história seria a generalização das sociedades complexas no continente a partir do século XII. A escolha entres esses tipos de periodização (ou outras aproximadas) implica considerações epistemológicas e metodológicas que merecem ser explicitadas e precisadas.

Perspectiva africana e história da África: questões epistemológicas e metodológicas

Uma das mais conhecidas apreciações da HGA no Brasil foi a do sociólogo guineense Carlos Lopes (1995). Para o autor, o resultado da obra, por sua amplitude e pluralidade, foi algo maior do que a história projetada pela geração da “pirâmide invertida” (termo do autor) das décadas de 1960 e 1970. Sumariamente, uma visão preocupada em defender na HGA uma verdadeira história da África: endógena, antidogmática, honesta, rigorosa e objetiva — daí a riqueza da HGA. Ela seria, ao mesmo tempo, a representação simbólica de duas gerações de historiadores africanos: aquela de outrora (pirâmide invertida) e uma nova, dos anos 1980, já supostamente libertada da necessidade de impor uma “superioridade africana”.

Tendemos a concordar com a observação do autor, mas buscamos mostrar nesta pesquisa que, para além de tal divergência, se podem observar os elementos teórico-metodológicos de uma nova história da África, a qual intitulamos “perspectiva africana”, uma história que, além de ser uma simbiose de tais gerações, foi também a representação do que alguns dos mais famosos africanistas da época (1970 e 1980) pensavam sobre a história do continente.

Uma conclusão importante deste trabalho é que, do nosso ponto de vista, com base na diretriz aqui trabalhada — a da perspectiva africana —, o regionalismo é a abordagem mais coerente para a história da África. A razão primordial para esta afirmação é que ela é a que melhor consegue estabelecer uma periodização histórica cujo conteúdo justifica uma visão internalista da África: a ação dos africanos como produtores de adequações ecossistêmicas na longa duração,¹⁹ sobretudo porque a maioria dos elementos referentes ao difusionismo intra-africano e à abordagem da resistência africana, em última instância, depende de fatores direta ou indiretamente exteriores ao continente para se afirmar, como o comércio mundial, o islamismo, o colonialismo europeu e os colonialismos ocidentais.

¹⁹ Não se trata, portanto, de uma visão determinista dessa adequação ecossistêmica, como proporiām certas teorias do século XIX. É o estudo da ação dos povos visando tal adequação, que é sempre algo temporário e conjuntural. Para uma visão mais recente, ver, entre outros, os estudos do arqueólogo nigeriano Bassey Wai Andah (1988 e 1995).

Neste sentido, pode-se concluir que o regionalismo é a base primeira dessa história internalista da África que, em grande parte, a HGA buscou promover. Ele é o lugar primordial a partir do qual ver a África e existe para além da determinação externa. É o cerne, portanto, da perspectiva africana. Dizer isso, todavia, não implica considerar desnecessárias as demais abordagens citadas; pelo contrário, são interpretações que enriquecem e trazem cientificidade à perspectiva africana. Não são abordagens opostas, mas complementares, de modo que essa complementaridade tem uma direção definida: o regionalismo às demais abordagens citadas.

Por fim, cabe aqui sintetizar as consequências teóricas e metodológicas que a opção epistemológica por tal perspectiva implica. Ela defende um método explicitamente perspectivista de trabalho historiográfico: o internalismo da perspectiva africana, que se inicia pela adoção de uma abordagem regionalista, complementando-a, quando necessário, com o difusionismo intra-africano e a abordagem da resistência. Ela se julga uma visão científica da história por várias razões. Antes de qualquer coisa, sua própria existência, assim como sua demonstração, é baseada em trabalho empírico, o que significa que ela pode, em princípio, ser contestada por qualquer outro pesquisador da área. É, portanto, uma verdade não dogmática, verificável.

Por outro lado, trata-se de uma prerrogativa historiográfica universalista, que pode ser utilizada e refinada por pesquisadores de todo o mundo, independentemente de questões nacionais, étnico-raciais ou mesmo ideológicas.

Em terceiro lugar, é uma visão histográfica interdisciplinar que julga poder distinguir o essencial do secundário na explicação histórica. Ademais, tal visão se ancora em uma concepção materialista, realista e empírica do trabalho historiográfico, como em toda a HGA.

Esses cinco pontos, portanto, sintetizam a perspectiva africana que aqui se analisou: definição verificável; princípio universalista; separação do essencial do secundário na explicação histórica; história interdisciplinar, materialista, realista e empírica; método internalista: do regionalismo ao difusionismo intra-africano e ao sujeito da resistência.

Acreditamos que essas características da perspectiva africana trazidas pela HGA permitem situá-la no campo mais amplo das possíveis alternativas contemporâneas ao paradigma eurocêntrico dentro das ciências, em geral, e da ciência histórica, em particular.²⁰ Neste contexto, esse paradigma foi construído como uma alternativa tanto ao relativismo quanto ao positivismo, dominantes na teoria social contemporânea, afinal a perspectiva africana é um híbrido, um perspectivismo científico.

Penso que o valor que se dá (ou não) a essa abordagem depende, todavia, da aceitação de dois pressupostos que vale esclarecer. O primeiro é que se acredite que a ciência seja um lugar

²⁰ Refiro-me aqui às seguintes teorias: pós-colonial, estudos subalternos, afrocentrismo, estudos decoloniais, epistemologias do sul. Diferenças e semelhanças entre a proposta ora apresentada e essas outras tendências contemporâneas infelizmente é algo que não cabe no espoco deste artigo.

de enunciação relevante, embora não único, para o autoconhecimento e a autodeterminação dos povos e das sociedades. O segundo é que a própria ideia de África aqui pressuposta seja tida por uma invenção (Mudimbe, 2013) ainda hoje relevante, tanto do ponto de vista político quanto teórico — mais do que isso, que uma visão internalista dessa mesma África, ou seja, da África para o mundo, seja algo a ser valorizado.

O autor destas linhas não tem dúvidas a esse respeito. E, neste sentido, busca contribuir, com este debate historiográfico, para uma visão mais federalista do ideal pan-africanista, que vem sendo reconstruído por diversos intelectuais africanos contemporâneos.²¹ Daí sua tentativa de, a partir da HGA, mostrar a amplitude que se ganha ao pensar a história da África partindo de centros regionalistas, interligados, em vez de uma única unidade original — egípcia, núbica e saariana — que teria se difundido para o resto do continente, como se tendia a destacar na historiografia clássica de viés pan-africanista, em Cheikh Anta Diop, Joseph Ki-Zerbo, Théophile Obenga e outros.

²¹ Vale citar, entre outros, Bassey W. Andah, Issa Shivji, Rhoda Reddock, Elikia M´Bokolo, Amina Mama, Timothy Murithi, Toyin Falola, Dzodzi Tsikata, Sam Moyo, Thandika Mkandawire, Paul Zeleza.

Referências bibliográficas:

- ABDEL-MALEK, A. O renascimento do Egito (1805/1881). In: AJAYI, J. F. A. (Ed.). *África do século XIX à década de 1880*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- ADEDEJI, A. Estratégias comparadas da descolonização econômica. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Ed.). *A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- AFIGBO, A. E. Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). *A África sob dominação colonial: 1880-1935*. 2ª ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- ANDAH, B. W. *African Anthropology*. Ibadan: Shaneson C.I. Ltd., 1988.
- _____. Studying African Societies in Cultural Context. In: SCHMIDT, P. R.; PATTERSON, T. C. (Eds.). *Making Alternative History: The Practice of Archaeology and History in Non-Western Settings*. Santa Fe: SAR Press, 1995, p. 149-182.
- ASANTE, S. K. B.; CHANAIWA, D. O panafricanismo e a integração regional. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Ed.). *A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- BARRY, B. A Senegâmbia do século XVI ao XVIII: a evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tuculores. In: OGOT, B. A. (Ed.). *África do século XVI ao século XVIII*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- BOAHEN, A. A. A África diante do desafio colonial. In: _____. (Ed.). *A África sob dominação colonial: 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010a.
- _____. O colonialismo na África: impacto e significação. In: _____. (Ed.). *A África sob dominação colonial: 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010b.
- _____. Tendências e processos novos na África do século XIX. In: AJAYI, J. F. A. (Ed.). *África do século XIX à década de 1880*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010c.
- CALDWELL, J. As repercussões sociais da dominação colonial: aspectos demográficos. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). *A África sob dominação colonial: 1880-1935*. 2ª ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- CHANAIWA, D.; KODJO, E. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Ed.). *A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- CHINWEIZU, D. A África e os países capitalistas. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Ed.). *A África desde 1935*. 2ª ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- CLARK, J. D. Pré-história da África austral. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- COQUERY-VIDROVITCH, C. A economia colonial das antigas zonas francesas, belgas e portuguesas (1914/1935). In: BOAHEN, A. A. (Ed.). *A África sob dominação colonial: 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010a.
- _____. As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935/1980). In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds.). *A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010b.
- DEVISSE, J. Comércio e rotas do tráfico na África Ocidental. In: FASI, M. E. (Ed.). *África do século VII ao século XI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- DIAGNE, P. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. In: OGOT, B. A. (Ed.). *África do século XVI ao século XVIII*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- DIOP, C. A. Origem dos antigos egípcios. In: MOKHTAR, G. (Ed.). *A África Antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- EHRET, C. Entre a costa e os Grandes Lagos. In: NIANE, D. T. (Ed.). *África do século XII ao século XVI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010a.
- _____. O interior da África Oriental. In: FASI, M. E. (Ed.). *África do século VII ao século XI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010b.
- EIAGWU, J. I.; MAZRUI, A. A. Construção da nação e evolução das estruturas políticas. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Ed.). *A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- FASI, M. E.; HRBEK I. O advento do islã e a ascensão do Império Muçulmano. In: FASI, M. E. (Ed.). *África do século VII ao século XI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- HARRIS, J. E. A diáspora africana no Antigo e no Novo Mundo. In: OGOT, B. A. (Ed.). *África do século XVI ao século XVIII*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- _____; ZEGHIDOUR, S. A África e a diáspora negra. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Ed.). *A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- HRBEK, I. A difusão do islã na África, ao sul do Saara. In: FASI, M. E. (Ed.). *África do século VII ao século XI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

- HUFFMAN, T. N. A África Meridional ao sul do Zambeze. In: FASI, M. E. (Ed.). *África do século VII ao século XI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- HUGOT, H. J. Pré-história da África do Saara. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- INIKORI, J. E. A África na história do mundo: o tráfico de escravos a partir da África e a emergência de uma ordem econômica no Atlântico. In: OGOT, B. A. (Ed.). *África do século XVI ao século XVIII*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- IZARD, M.; KI-ZERBO, J. Do Níger ao Volta. In: OGOT, B. A. (Ed.). *África do século XVI ao século XVIII*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- KANIKI, M. H. A economia colonial: as antigas zonas britânicas. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). *A África sob dominação colonial: 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- KIPRE, P. O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds.). *A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- KI-ZERBO, J. et al. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds.). *A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- KI-ZERBO, J. Introdução geral. In: _____. (Ed.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- KNIGHT, F. W.; TALIB, Y. A.; CURTIN, P. D. A diáspora africana. In: AJAYI, J. F. A. (Ed.). *África do século XIX à década de 1880*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- KOBISHANOV, Y. M. Axum do século I ao século IV: economia, sistema político e cultura. In: MOKHTAR, G. (Ed.). *A África Antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- LAROUÏ, A. O Marrocos do início do século XIX até 1880. In: AJAYI, J. F. A. (Ed.). *África do século XIX à década de 1880*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- LOPES, C. A pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos. In: *ACTAS do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995, p. 21-29.
- LWANGO-LUNYIIGO, S.; VANSINA, J. Os povos falantes de banto e a sua expansão. In: FASI, M. E. (Ed.). *África do século VII ao século XI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- MAJHOUBI, A. O período romano. In: MOKHTAR, G. (Ed.). *A África Antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: OGOT, B. A. (Ed.). *África do século XVI ao século XVIII*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- MATVEIEV, V. O desenvolvimento da civilização swahili. In: NIANE, D. T. (Ed.). *África do século XII ao século XVI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- MAZRUI, A. O horizonte 2000. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds.). *A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- MUDIMBE, V.-Y. *A invenção de África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Luanda/Mangualde (Portugal): Edições Mulemba/Edições Pedagogo, 2013 [1994].
- MUTIBWA, P. M.; ESCOAVELOMANDROSO, F. Madagascar, 1800-1880. In: AJAYI, J. F. A. (Ed.). *África do século XIX à década de 1880*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- NGCONGCO, L. D. A África meridional: os povos e as formações sociais. In: NIANE, D. T. (Ed.). *África do século XII ao século XVI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010a.
- _____. O Mfecane e a emergência de novos Estados africanos. In: AJAYI, J. F. A. (Ed.). *África do século XIX à década de 1880*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010b.
- NIANE, D. T. O Mali e a segunda expansão manden. In: _____. (Ed.). *África do século XII ao século XVI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010a.
- _____. Relações e intercâmbios entre as várias regiões. In: _____. (Ed.). *África do século XII ao século XVI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010b.
- OGOT, B. A. Apresentação do projeto. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010a.
- _____. A região dos Grandes Lagos. In: NIANE, D. T. (Ed.). *África do século XII ao século XVI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010b.
- OSUWU, M. A agropecuária e o desenvolvimento rural. In: MAZRUI, A. A.; WONDJI, C. (Eds.). *A África desde 1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- PANKHURST, R. A Etiópia e a Somália. In: AJAYI, J. F. A. (Ed.). *África do século XIX à década de 1880*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- PARKINGTON, J. E. A África meridional: caçadores e coletores. In: MOKHTAR, G. (Ed.). *A África Antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.

- PERSON, Y. Os povos da costa — primeiros contatos com os portugueses — de Casamance as lagunas da costa do Marfim. In: NIANE, D. T. (Ed.). *África do século XII ao século XVI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- PHILLIPSON, D. W. A África Central ao norte do Zambeze. In: FASI, M. E. (Ed.). *África do século VII ao século XI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010a.
- _____. Início da Idade do Ferro na África meridional. In: MOKHTAR, G. (Ed.). *A África Antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010b.
- RODNEY, W. A economia colonial. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). *A África sob dominação colonial: 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- SALAMA, P. De Roma ao islã. In: MOKHTAR, G. (Ed.). *A África Antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010a.
- _____. O Saara durante a Antiguidade clássica. In: MOKHTAR, G. (Ed.). *A África Antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010b.
- SHERIFF, A. A costa da África oriental e seu papel no comércio marítimo. In: MOKHTAR, G. (Ed.). *A África Antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- SUTTON, J. A África oriental antes do século VII. In: MOKHTAR, G. (Ed.). *A África Antiga*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010a.
- _____. A pré-história da África oriental. In: KI-ZERBO, J. (Ed.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010b.
- UZOIGWE, G. N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, A. A. (Ed.). *A África sob dominação colonial: 1880-1935*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010.
- VANSINA, J. A África equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: NIANE, D. T. (Ed.). *África do século XII ao século XVI*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010a.
- _____. Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África. In: OGOT, B. A. (Ed.). *África do século XVI ao século XVIII*. 2. ed. rev. Brasília: Unesco, 2010b.
- _____. Unesco and African Historiography. *History in Africa*, v. 20, 1993, p. 337-352.